Pubblico Impiego - Portale Nazionale

General Strike of CGTP-IN PORTUGAL, November 24,2011



, 23/11/2011

Governo PSD-CDS afunda o País

Decorreu mais uma reunião da CPCS para discutir o que o Governo designa de “competitividade e crescimento” e nós denominamos de agressão e de retrocesso social e civilizacional. A resposta do movimento sindical só pode ser uma: denunciar e combater, com todas as suas forças, esta e outras propostas neo-liberais do Governo do PSD-CDS, vivamente apoiadas pelo patronato mais retrógrado. O tempo urge. Juntos vamos dar a resposta que este Governo merece, no dia 24 de Novembro.

Realizou-se no dia 31 de Outubro mais uma reunião da CPCS para discutir o que o Governo designa de “competitividade e crescimento” e nós denominamos de agressão e de retrocesso social e civilizacional.

Sendo objectivo no que concerne ao aumento do horário de trabalho para as 42,5 horas e às medidas postas à disposição do patronato para aumentar a exploração, o Governo não só não responde aos problemas com que o país se confronta, como persiste em políticas que levam ao seu progressivo afundamento.

Fala na fraude e evasão fiscal, mas foge a responder às propostas da CGTP-IN para que se quantifique objectivos e montantes a cobrar para a combater. Diz que é preciso aumentar a receita fiscal, mas 75% desta é conseguida à custa do IVA e do IRS, ao mesmo tempo que atribui benefícios fiscais ao “off-shore” da Madeira, na ordem dos 1.178 milhões de euros. Refere a necessidade de reduzir os chamados “custos de contexto” (preços da energia, combustíveis, transportes, telecomunicações, etc.), mas prevê mais privatizações e o aumento dos preços de grande parte destes serviços. Reconhece que o desemprego vai aumentar, mas reduz a verba consagrada no OE para esta e outras prestações sociais. Anuncia apoio à produção nacional, mas recusa melhorar o rendimento das famílias para dar escoamento ao que é produzido e dinamizar a economia. Promete crescimento económico, mas o que está a promover é a recessão, a austeridade, o empobrecimento, o aumento da dívida e, com ela, uma maior dependência do País relativamente ao estrangeiro.

A obsessão do Governo do PSD-CDS pelo cumprimento do memorando da troika e a sua submissão aos interesses do capital e das grandes potências europeias está a afundar o País!

Não ao aumento do horário de trabalho e ao trabalho gratuito!

É neste contexto que o Governo avança com mais uma malfeitoria contra quem trabalha ao apresentar a proposta de aumento do horário de trabalho para as 42,5 horas.

Esta é uma proposta inadmissível e constitui um retrocesso laboral brutal, porque:

- **O aumento do horário de trabalho vai levar a mais despedimentos**;
- **O Governo quer entregar ao patronato o poder de gerir a seu belo prazer o “banco de horas” mensal (10h)** e aplicá-lo na semana seguinte. Tal facto pode levar a que os trabalhadores sejam obrigados a **trabalhar, gratuitamente, um sábado por mês**;
- **Rouba, pelo menos um salário por ano a cada trabalhador**, que é o que

representa o aumento do horário em 2,5 horas por semana à borla, a redução de feriados que o Governo se prepara para anunciar e o não pagamento do trabalho extraordinário;

- **O valor-hora diminuiria**, com implicações futuras no que respeita ao pagamento do trabalho extraordinário e outras matérias de expressão pecuniária, indexadas ao salário.

Acresce que, ao contrário do que se diz, **os trabalhadores portugueses já trabalham mais horas anuais** (1719) que os seus congéneres da zona euro (1703).

Vamos à luta pela defesa dos três 8!

A proposta apresentada pelo Governo constitui um ataque sem precedentes a uma conquista histórica da luta desenvolvida durante décadas por gerações de trabalhadores e trabalhadoras.

O estabelecimento legal e contratual **das 8 horas de trabalho, 8 horas de descanso 8 horas de lazer** é indissociável da harmonização social no progresso.

Esta é uma conquista que exige um forte empenhamento de todas as gerações de trabalhadores na sua defesa e consolidação, e na exigência de uma progressiva redução do horário, sem redução de salário.

Fazê-lo, é contribuir também para a criação de mais emprego e o desenvolvimento económico e social que o País precisa e os trabalhadores exigem.

O país não se torna mais competitivo continuando a apostar na redução dos custos do trabalho. Esta é uma estratégia que não tem futuro e nos coloca ao nível dos países subdesenvolvidos.

Portugal precisa de se aproximar dos países mais desenvolvidos. Para isso, é preciso uma outra política que valorize o trabalho e os trabalhadores, aposte na produtividade, e num outro modelo de desenvolvimento, na modernização das empresas, designadamente na sua organização e gestão, na inovação, no valor acrescentado da produção de bens e serviços, na estabilidade de emprego e numa justa distribuição do rendimento.

O aumento do horário significa mais desemprego, menos salários, mais exploração.

A resposta do movimento sindical só pode ser uma: **denunciar e combater, com todas as suas forças**, esta e outras propostas neo-liberais do Governo do PSD-CDS, vivamente apoiadas pelo patronato mais retrógrado.

O tempo urge. Juntos vamos dar a resposta que este Governo merece, no dia 24 de Novembro.

05-Nov-2011

USB Unione Sindacale di Base - Confederazione Nazionale

via dell'Aeroporto 129 - 00175 - ROMA - Tel: 06.59640004 - Fax: 06.54070448 - usb@usb.it